



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
PEDAGOGIA LICENCIATURA

CATHARINE GOMES JURUBEBA SILVA

A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO COMO
PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL

Delmiro Gouveia – AL

2021

CATHARINE GOMES JURUBEBA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO COMO
PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Ma. Giseliane Medeiros

Delmiro Gouveia – AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586i Silva, Catharine Gomes Jurubeba

A importância de trabalhar a sexualidade na educação como prevenção de abuso infantil / Catharine Gomes Jurubeba Silva. – 2021.
52 f. : il.

Orientação: Giseliene Medeiros Almeida.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Abuso sexual infantil – Prevenção. I. Almeida, Giseliene Medeiros. II. Título.

CDU: 376

FOLHA DE APROVAÇÃO

CATHARINE GOMES JURUBEBA SILVA

A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Ma. Giseliane Medeiros

Aprovada em 24 de fevereiro de 2021

Banca examinadora:



Prof^ª. Ma. Giseliane Medeiros Almeida (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Campus do Sertão



Prof^ª. Ma. Adriana Deodato (Avaliadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Campus do Sertão



Prof^ª. Ma. Tailla Caroline de Souza Menezes (Avaliadora Externa)

A todos os profissionais da Educação que lutam por Educação de qualidade, por toda doação e dedicação na esperança de uma Educação justa e precisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por todo amor que me concede, por tantas vezes ter falado em meu coração para não desistir de concluir um ciclo que para mim foi tão desafiador. Por vezes ouvi da minha mãe com lágrimas nos olhos e orgulho nas palavras em afirmar que sua filha mais nova estaria se formando pela Universidade Federal de Alagoas, acredito que foi esse orgulho que me motivou e não me fez desistir quando a maioria das vezes minha ansiedade e autossabotagem me consumia.

A você, Soraelma Gomes vai minha eterna gratidão por acreditar e tentar mostrar que o mundo é pequeno para quem tem grandes sonhos. Obrigada mãe, pelas vezes que conseguiu vê em mim o que jamais eu vi. A minha irmã Samara, a minha sobrinha Lorena, que sempre me apoiaram durante esses anos, me incentivando a concluir e buscar novas oportunidades. Vocês são tudo para mim!

Obrigada família Jurubeba, tias, primas/primos, avô, sem dúvidas vocês foram e são contribuintes nesse momento tão importante na minha vida.

As minhas amigas que a Universidade me proporcionou: Sabryna, Edjane, Nayara, Carmelita e Marinete, dividimos conhecimentos, partilhamos nossa vida, dividimos tristezas e alegrias, obrigada por todos esses anos juntas.

As minhas amigas que a vida me apresentou Ana Carla, Welitania, Rita, Jordana, Íris, Krystila, entre tantas, obrigada por tantas vezes terem buscado uma palavra de coragem para me motivar. O meu desejo sempre será que vocês almejem cada sonho, estarei sempre aqui para apoiá-las.

Gratidão a Camila, que foi uma pessoa que desde o início da graduação segue me apoiando em minhas decisões, compartilhando experiências de faculdade, profissão e de vida. Obrigada por tanto!

A minha orientadora Professora Giseliane Medeiros que teve a maior paciência e por acreditar em suas orientandas! Parabéns por ser essa grande profissional, obrigada por todo apoio!

Agradeço a meu namorado Gabriel por todo apoio e pelas palavras de incentivo, você está vivendo comigo esse ciclo que é tão importante para mim.

Agradeço a todos os meus professores da graduação, que foram fundamentais e de grande importância na minha formação profissional e pessoal.

A todos minha eterna gratidão!

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de apresentar uma reflexão sobre a educação sexual, pautada na importância de trabalhar a sexualidade como prevenção de abuso sexual infantil, como ponto de partida temos uma abordagem do que é Sexualidade, contamos com o aporte teórico dos seguintes autores, Varella (2017), Foucault (1999), Brasil (1990), Louro (2000) e Sfair (2015). Esse trabalho foi realizado com o objetivo de compreender como cinco professores dos anos iniciais de uma escola pública de Delmiro Gouveia, Alagoas, percebem a educação sexual, destacando sua importância na prevenção de abuso infantil. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com a técnica de estudo de caso, por meio do instrumento coleta de dados, um questionário realizado com cinco professoras que atuam na zona rural de uma escola da rede pública de Delmiro Gouveia. Os dados coletados foram organizados em 7 categorias, a saber: 1) Educação sexual na visão dos professores; 2) A educação sexual é abordada na escola; 3) Educação sexual tratada como “tabu” na escola; 4) Educação Sexual como prevenção de abuso infantil; 5) Identificação dos professores por sinais deixados por crianças e adolescentes que sofrem abuso sexuais; 6) Atuação no magistério na formação inicial ou continuada houve disciplinas ou palestras sobre a temática educação sexual; 7) Comentário acerca de algum (a) aluno (a) da sua turma ou da escola que apresentou fatos ou sinais de abuso. Para melhor análise, foi feita uma visita ao Conselho Tutelar para obter dados decorrentes do Município, considerando que o CT é a porta de entrada para a análise do abuso infantil, como bem apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns resultados obtidos não foram satisfatórios, considerando que é um tema ainda considerado um tabu e visto com desconfiança pela sociedade civil e governamental.

Palavras-chaves: Sexualidade; Educação Sexual; Abuso sexual; Prevenção de abuso.

ABSTRACT

The present work aims to present a reflection on sexual education, based on the importance of working on sexuality as a prevention of child sexual abuse, as a starting point we have an approach to what Sexuality is, we rely on the theoretical support of the following authors, Varella (2017), Foucault (1999), Brazil (1990), Louro (2000) and Sfair (2015). This work was carried out with the objective of understanding how teachers in the early years of a public school in Delmiro Gouveia perceive sex education, highlighting its importance in preventing child abuse. The methodology used was qualitative research, with the technique of case study, using the data collection instrument, a questionnaire conducted with five teachers who work in the rural area of a public school in Delmiro Gouveia, AL. The data collected were organized into 7 categories, namely: 1) Sex education in the view of teachers. 2) Sex education is addressed at school. 3) Sex education treated as “taboo” at school. 4) Sex education as a prevention of child abuse. 5) Identification of teachers by signs left by children and adolescents who are sexually abused. 6) Performance in the teaching profession in initial or continuing education there were subjects or lectures on the theme of sexual education. 7) Commentary about any student in your class or school who presented facts or signs of abuse. For better analysis, a visit was made to the Guardian Council to obtain data from the Municipality, considering that the CT is the gateway to the analysis of child abuse, as well presented in the Statute of Children and Adolescents. Some results obtained were not satisfactory, considering that it is still a taboo subject and viewed with suspicion by civil and governmental society.

Key words: Sexuality; Sexual education; Sexual abuse; Abuse prevention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1. Quadro de atendimento do Conselho Tutelar..... | 40 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual + |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| DST | Doença Sexualmente Transmissíveis |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CT | Conselho Tutelar |
| CMDCA | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CNE | Conselho Nacional da Educação |
| BBC | British Broadcasting Corporation |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Objetivo e justificativa | 13 |
| 1.2 Caminhos da pesquisa | 14 |
| 2. SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INTRODUÇÃO SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO | 16 |
| 2.1 Conceito de Gênero: sexo e sexualidade | 16 |
| 2.2. Educação e sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental | 20 |
| 3. TRABALHANDO COM SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL: ANÁLISES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS NA VISÃO DOS PROFESSORES | 24 |
| 3.1 Concepções dos professores sobre educação e sexualidade e suas práticas na escola 24 | |
| 3.2 Educação sexual na visão dos professores | 24 |
| 3.3. A educação sexual é abordada na escola | 26 |
| 3.4 Educação sexual tratada como “tabu” na escola | 28 |
| 3.5 Educação sexual como prevenção do abuso sexual infantil | 30 |
| 3.6 Identificação dos professores por sinais deixados por crianças e adolescentes que sofrem abuso sexuais | 33 |
| 3.7 Atuação no magistério na formação inicial ou continuada houve disciplinas ou palestras sobre a temática educação sexual a educação sexual | 35 |
| 3.8 Comentário acerca de algum (a) aluno (a) da sua turma ou da escola que apresentou fatos ou sinais de abuso | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| REFERÊNCIAS | 47 |
| ANEXOS | |

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade se faz presente na vida das pessoas desde quando elas nascem, portanto é considerável perceber o quanto é importante e contribui na vida de cada ser humano, essa contribuição é demonstrada desde o nascimento, por meio da descoberta do corpo, por meio do toque, de ações biológicas como o controle dos esfíncteres, já no âmbito escolar por meio dos jogos, brincadeiras, autoerotismo e conversas sobre o tema, logo que as crianças vítimas de abuso sexual manifestam diversos indicadores em sala de aula. No entanto, a depender da formação do/a professor/a sobre tais assuntos - ou a ausência desta - essas expressões da sexualidade infantil não são objetos de atenção e reflexão, sendo essas questões omitidas das crianças. É preciso refletir sobre as dificuldades que os educadores encontram na atualidade para abordar assuntos como esses, e que se faz necessário introduzir conteúdos sobre sexualidade no âmbito escolar para que seja discutido essa temática desde cedo, desmistificando os tabus que a sociedade impõe relacionando a Sexualidade com o Sexo, e distorcendo a finalidade da Educação sexual e como reflete no autoconhecimento e nas relações sociais da criança.

Esse trabalho tem por finalidade refletir sobre a importância de se trabalhar a sexualidade na educação como prevenção do abuso infantil, tendo como objetivo compreender como os professores dos anos iniciais de uma escola pública de Delmiro Gouveia, Alagoas, percebem a educação sexual, destacando sua importância na prevenção de abuso infantil.

Pensando nisso, surge a pesquisa afim de que busque refletir em como essa temática está sendo abordada nas escolas e como os professores percebem a importância que há na educação sexual, que além de poder contribuir na informação para com os seus alunos, poderá abrir espaço para que a criança perceba os sinais de um agressor(a) e não se omita.

A metodologia aplicada se caracteriza como uma pesquisa na visão de Gamboa (2009), de cunho qualitativa com a abordagem estudo de caso. A coleta de dados foi através de um questionário semiestruturado com 9 questões, sendo 8 abertas e 1 fechada. Nesse tipo de pesquisa abrange a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares, em que o pesquisador entre em contato direto com o caso estudado, procurando compreender os fatos, segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo. A pesquisa foi realizada usando questionário, com cinco professores dos anos iniciais do 1º ao 5º ano, de uma escola de rede pública do município de Delmiro Gouveia-AL.

Com a pesquisa, objetivou os seguintes resultados, a partir de autores como Foucault (1999), Brasil (1990), Louro (2000), Sfair (2015), e por meio do questionário aplicado as

professoras, percebeu-se que a educação sexual na escola por vezes é compreendida como “Tabu”, as professoras se mostraram preocupadas em debater o tema, mas afirmaram não haver formação específica para a área. Notou-se que não há uma vinculação direta entre escola (instituição analisada) e Conselho Tutelar, destacando que o Conselho Tutelar é a porta de entrada para a análise do abuso infantil, como bem apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), além da falta de apoio da rede, como a secretaria de Assistência Social e secretaria de Saúde. Houve um importante resultado, depois dessa pesquisa, ponderou-se por ser uma comunidade de vulnerabilidade social, as professoras destacaram que é a maior dificuldade ter uma estreita relação entre família e escola.

1.1 Objetivo e justificativa

Objetivo geral:

- Compreender como os professores dos anos iniciais de uma escola pública de Delmiro Gouveia percebem a educação sexual, destacando sua importância na prevenção de abuso infantil.

Objetivos específicos:

- Entender quais as características da educação sexual e sua importância para a prevenção do abuso infantil;
- Analisar como a educação sexual auxilia no autoconhecimento e na construção da identidade do ser humano através dos estudos bibliográficos;
- Instigar a reflexão bem como ao debate aos profissionais da educação e Conselho Tutelar a abordar a temática sexualidade nas escolas no combate ao abuso infantil.

A justificativa de pesquisar na linha educacional voltada a sexualidade se explica mediante os debates e discussões em sala de aula, quando se falava sobre a importância do professor na vida do aluno, e quando uma colega de classe, que já estava lecionando, citou que já percebeu sinais de uma criança que poderia estar sendo abusada pelo pai, como professora por vezes, não saber como reagir. Numa sociedade na qual se deve valorizar o direito da criança e do adolescente, ainda se percebe a fragilidade entre a comunicação, a compreensão e as interações com esse tema na escola. A partir disso, a problemática em questão é como os professores percebem a educação sexual na escola e quais suas contribuições para prevenção do abuso infantil?

1.2 Caminhos da pesquisa

A pesquisa foi embasada por referências bibliográficas Foucault (1999), Brasil (1990), Louro (2000), Sfair (2015), dentre outros.

Partindo do pressuposto de Gamboa (2009) a metodologia fundamenta as técnicas utilizadas, ou seja, a metodologia são as dimensões e formas de operacionalizar abordagens teóricas. Busca-se encontrar respostas do assunto pesquisado com ações para entender o papel do objeto e do sujeito no processo do conhecimento dentro da pesquisa qualitativa.

Nosso estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, nesse tipo de pesquisa se delimita o objeto e de forma geral as vivências do objeto de pesquisa, as ciências humanas e sociais traz possibilidade de desenvolver uma pesquisa que envolve pessoas e suas atividades, considerando-os não apenas influentes interpretativos de seus mundos, mas também partilham suas interpretações, à medida que interagem com outros e refletem sobre suas próprias experiências cotidianas.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador deve analisar as práticas exercidas pelo grupo pesquisado e através do observado entender a realidade que foi estudada. Sendo assim, para compreender a realidade dos docentes optamos em realizar um estudo de caso. “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (Gil 2008, p. 57).

Gil (2008, p. 123) nos mostra que um questionário tem o objetivo de propor informações sobre determinado assunto:

Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário. (GIL 2008, p. 123)

Para a análise de Coleta de dados foi utilizado a técnica do questionário, para isso, compreendemos que o questionário é uma coleta de dados que possibilita entender e verificar alternativas favoráveis da pesquisa, ou seja, o questionário é uma coleta de dados que precisa ser minuciosamente planejado e executado primeiramente como um teste, para considerar o que precisa ser melhorado e só assim ser de fato aplicado com objetivo de abranger a realidade que se pesquisa.

Nossa pesquisa foi realizada no município de Delmiro Gouveia. A referida cidade está situada na região do sertão alagoano, no Estado de Alagoas. Seu território é de 70.811 km. De acordo com o último Censo demográfico (2010), sua população compreende 48.090 habitantes.

Nosso estudo foi realizado com 5 professores do Ensino Fundamental I, de uma Escola do Município de Delmiro Gouveia-AL da zona rural, nomeamos os professores da pesquisa por codinome: Professora A, B, C, D, E.

O planejamento da pesquisa se deu da seguinte maneira: foi solicitada a gestora da escola a autorização (apêndice 1) para realizar a pesquisa. Em seguida, foi enviado um questionário aos docentes indicados via e-mail, caso os professores aceitassem responder, a pesquisadora deu um prazo de 2 dois dias para recolher os questionários respondidos. Dos professores nenhum entregou no prazo correspondente. Foi necessário retornarmos a cada uma delas mais 3 vezes para podermos recolher os questionários respondidos, entregaram após 8 dias. Para melhor análise foi realizado uma visita ao Conselho Tutelar do município como uma ferramenta de diálogo, considerando que o CT é uma porta de entrada para análise de abuso infantil como bem apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990).

2. SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INTRODUÇÃO SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo será apresentado sobre os estudos de gênero e de sexualidade na educação. Abordando o conceito de gênero: sexo e sexualidade, buscando entender a sexualidade como fundamento norteador para autoconhecimento, rebuscando significados na qual a sociedade compreende sobre sexualidade e como os movimentos sociais influenciaram e influenciam a discussão sobre a temática.

2.1 Conceito de Gênero: sexo e sexualidade

A sexualidade se relaciona com esferas religiosas, clínicas, biológicas, psicológicas entre outras. Compreende-se que as áreas de conhecimento, sejam elas da área das ciências humanas sociais e científicas, são diferentes quando se debruçam para o estudo sobre sexualidade o foco é sempre conduzido a compreender formas de prazer, especialmente sobre o ato sexual e como ele é visto em cada sociedade.

Inicialmente é necessário trazer para o debate a reflexão de Grossi (1998) sobre os estudos relacionados a gênero e sexualidade. Primeiramente, os estudos sobre gênero é uma luta desde os anos 1960 com os movimentos sociais, paralelamente a esse debate houve questionamentos da igreja sobre a pílula anticoncepcional, logo que foi considerado como uma afronta a igreja, pois segundo a igreja o sexo para a mulher foi feito para a procriação e com esse meio de discussão abordado pelos movimentos sociais, seria uma forma de pensar o sexo como fonte de prazer. Sendo assim, os movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros Queer Intersexo, Assexual + (LGBTQIA+) são referências para essas lutas, em busca de discutir, questionar e esclarecer sobre as dúvidas frequente entre eles, logo que é preciso buscar respostas a questionamentos feitos e impostos, debater nos espaços públicos e privados, considerando que o âmbito universitário como um lugar que propõe bastante conhecimento e grandes influencias nos movimentos sociais.

Grossi (1998) aponta que o conceito de gênero chegou no Brasil por meio de pesquisadoras norte americanas.

O conceito de gênero está colado, no Ocidente, ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum – que se reflete nas preocupações da teoria feminista – de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, está marcada pela escolha do objeto de desejo. (GROSSI, 1998, p. 4)

Scott (1995) afirma que as femininas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido liberal, como uma maneira de se referir a uma organização social da relação entre os sexos.

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998: 15 – tradução minha).

Foucault (1999), em sua obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, faz uma reflexão sobre a sexualidade, apresentando dois pontos importantes, de um lado, no século XVII havia a sexualidade liberal, com gestos, discussões realizadas na frente das crianças, como observa-se,

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam" (FOUCAULT, 1999, p.09).

No discurso do autor citado acima, é preocupante como a sexualidade é tratada e principalmente valorizando como era apresentado para a criança, pois é bem verdade, que não havia preocupação e os adultos falavam abertamente sobre o sexo e seu excesso sem uma forma de abordar o assunto com crianças.

Outro ponto apresentado por Foucault (1999) é quando a sexualidade passa a ser parte da família conjugal, com o objetivo de reprodução,

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 1999, p.09).

Nessa reflexão acima, apresenta-se a sexualidade como saber, o poder e o sujeito, apreciados pelo significado da procriação trazida pela igreja, porém com uma vertente crítica no que se diz respeito ao estado e igreja, de um lado o estado com preceitos normativos e de outro a igreja com princípios morais, como se tivesse um lado de “pecado” e outro de “permitido”.

Por esse modo, a relação do sexo passa a ser entendida no século XIX, como forma de repreensão e poder, “os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que evocá-lo, acreditavam que deviam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis (FOUCAULT, 1999, p.11)”.

O autor afirma acima, que no século XIX a preocupação era em cumprir uma lei, na qual quando se falava em sexualidade, havia pedido de desculpas, por estar falando de algo tão baixo, observa-se também que há dezenas de anos fala-se sobre sexo, mas a repreensão deixa que a sociedade compreenda o direito de entender sobre sexualidade e por vezes, mesmo na contemporaneidade é negado esclarecimento devido as crianças, passando a ser negado um direito que está em lei e parte principalmente pelos conceitos moralistas pregados pela igreja.

No livro Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade de Ribeiro e Magalhães (2017) buscam-se introduzir um contexto histórico na década de 90, trazendo informações e discussões da sexualidade entrelaçando com a educação.

Ainda no século XX, o que tínhamos com relação à discussão da sexualidade era a preservação da pureza e da inocência das crianças, que só poderiam discutir sobre essas questões na escola a partir de 11 anos de idade, proposta advinda com as feministas na década de 20. Já nos anos seguintes, devido ao domínio da Igreja com relação ao que era ensinado nas escolas, nas décadas de 40 a 50 não se tem conhecimento dessas discussões, e somente nos anos 60 é que voltam a ser produzidos materiais sobre a sexualidade; mas os livros são escritos por padres a partir de diretrizes cristãs (RIBEIRO, MAGALHÃES 2017 apud RIBEIRO, 2002; RIBEIRO, 2013).

Até aqui foi exemplificado alguns fatores históricos relacionados a sexualidade, como continuidade será necessário conceituar sexualidade.

Com base nessas questões presentes na obra O corpo Educado Pedagogias da Sexualidade de Louro (2000), com enfoque e objetivação sobre o que a Pedagogia propõe ao

tema de sexualidade e sexo. Esta obra, contém uma reflexão que discute qual é o lugar do corpo e como a sociedade compreende a sexualidade e o sexo, a depender da nacionalidade, etnia e cultura. Depreende-se que,

À compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. o segundo, ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (LOURO, 2000, p.5).

Corroborando da afirmação da autora a sexualidade ganha sentido socialmente através da cultura que há conhecimento sobre os gêneros feminino e masculino, valorizando as possibilidades de sexualidade, no expressar desejos, construir identidade e a significação das relações sociais moldadas pela sociedade em que está inserido o sujeito.

A sexualidade envolve questões de interesses sociais, políticos e costumes relacionados a cultura, que se constituem historicamente, com diferentes discussões sobre o sexo. Por isso,

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244).

Segundo a reflexão de Foucault (1993) acima, o dispositivo de rede é o que influencia nas decisões e principalmente o tempo em que está a sociedade, as compreensões acerca da definição de sexualidade depende da construção social e de identidade em que a certa instituição, família, leis defendem, assim também pode falar sobre os moldes sociais, que a identidade de gênero está inteiramente influenciada pela sociedade, nesse caso, as identidades de gêneros e sexuais são fragmentadas pelo tempo histórico e teorias culturais.

Como base de análise precisa-se falar o lugar do corpo na sociedade, de forma singular na escola, na qual a instituição escolar é regida de regras, que envolve roupas, cores o que é padrão para menino e o que é padrão para menina, pensando na constituição social que a sexualidade é apresentada na escola, pode-se analisar como se dava essa significação e importância da sexualidade na escola brasileira, desde a década de 1960. “No início da década de 1960, influenciadas pelos movimentos sociais, algumas escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte introduziram a educação sexual em seus currículos ((SFAIR; BITTAR, LOPES, 2015, p. 624).”

Segundo as autoras acima, a educação sexual foi introduzida nas escolas influenciadas pelos movimentos sociais, mas não tiveram sucesso, pois as escolas que introduziram o assunto, os professores, e direção foram expulsos com a justificativa de estarem ensinado imoralidade para os estudantes.

No contexto da abertura política, iniciada em 1978, o Conselho Federal de Educação aprovou a implantação da educação sexual como conteúdo curricular das escolas de 1º e 2º graus (atuais Ensino Fundamental e Médio, respectivamente), na disciplina denominada Programa de Saúde (SFAIR; BITTAR, LOPES, 2015, p. 624).

A partir desse momento, relatado acima, os movimentos sociais em acordo com o ministério da educação se preocupavam em apresentar o currículo disciplinas sobre sexualidade. Em 1970 os grupos sociais feministas brasileiros influenciados pelo movimento dos Estados Unidos lutavam pela autonomia e liberdade no campo da sexualidade, no Brasil a luta contra a ditadura era por liberdade de expressão e aceitação de discussão de identidade de gênero e de sexualidade.

2.2. Educação e sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental

A educação formal é direito de todos e dever do estado, bem mencionados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (LDBN/1996). Partindo desta lei, a educação deve ser inclusiva, o estudante tem direito a conhecer sobre os mais variados assuntos que compõe o currículo escolar, nesse tópico será abordado como a educação aborda o tema sexualidade na escola. Para tal, a discussão passou por documentos como Base Nacional Comum (BNCC/2017) referente aos Anos iniciais do Ensino Fundamental, Estatuto da Criança do Adolescente (ECA/1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1998).

Na LDB (1996) não apresenta explicitamente falando sobre sexualidade ou educação sexual, no título II, dos Princípios e fins da Educação Nacional, se apresenta como construção da cidadania.

Nos PCNs (1998), o tema sobre sexualidade é abordado como um tema transversal, intitulado de “Orientação Sexual”, é um tema transversal justificado por ser um tema de convívio social vivenciado primeiramente pela família e na escola deve ser abordado em quaisquer ciências. Considerando que as escolas deveriam estar mais preparadas com a inserção de disciplinas para que cheguem a discutir de forma sucinta e esclarecedora assuntos que ainda hoje são considerados tabus na escola e na sociedade, como a sexualidade. É primordial uma

disciplina como essa fazer parte do currículo escolar desde cedo, para que os preconceitos sejam rompidos, permitindo uma desconstrução de opiniões e julgamentos imposto por crenças, religiões ou por ignorância social.

Mesmo depois de 20 anos, os PCNs ainda são referências para projetos escolares, sendo norteado pelos professores para que seja explanado o tema transversal de forma sucinta e rasa, já que a maior referência a ser seguida nas escolas é a BNCC

Um dos exemplos mais recentes dessa disputa deu-se durante a tramitação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): por pressão de alguns parlamentares, que ameaçavam fazer uma manobra para que o documento precisasse passar pela aprovação do Congresso Nacional, a equipe que trabalhava na elaboração dela optou por retirar todas as menções explícitas a questões de gênero e sexualidade. Na resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aprovou a BNCC em dezembro de 2017, há a promessa de que esses temas serão tratados em outro documento, mas não se fala sobre ele desde então. O motivo, segundo fontes do próprio CNE: sabe-se que o novo governo se opõe ao tema e todas as decisões do órgão precisam ser homologadas pelo Ministério da Educação (MEC). (SOARES, 2021, p. 2)

Como bem mencionado na Nova Escola, por decisões dos parlamentares foi optado por retirar as questões de gênero e sexualidade da BNCC, no entanto, é esperado um novo documento específico que venha tratar sobre os assuntos em questão, para isso, sabe-se que o governo se omite a implementar ou criar um documento que seja para trabalhar um tema que é de tanta relevância na vida das crianças, por tanto, não há esperança que seja concretizado uma promessa de um governo que anula a importância de ser trabalhado a educação sexual nas escolas.

Discutir sexualidade no cotidiano escolar configura-se como um processo de construção de uma educação multicultural. Somente um currículo multicultural, que considere a diversidade sociocultural na constituição da cultura escolar e da produção do saber científico no processo de ensino e aprendizagem possibilitará a desconstrução do caráter homogeneizador, fragmentador e reducionista da prática escolar, favorecendo uma educação antidiscriminatória, portanto libertadora ou emancipatória, nos parâmetros de Freire (2011) (LIMA, 2012, p. 4)

As discussões do multiculturalismo no âmbito educacional, gera algumas provocações importantes para investigações sobre o conhecimento, e com isso abriu possibilidades para se pensar em práticas curriculares e de formação docente que podem ser voltadas à construção de identidades discente e docente multiculturalmente comprometidas com o ensino/aprendizagem, com um olhar de promover o respeito à diferença e a pluralidade cultural.

assim, não se trata de que os professores das diferentes áreas devam “parar” sua programação para trabalhar os temas, mas sim de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdo de sua área, articulando a finalidade do estudo escolar com as questões sociais, possibilitando aos alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extraescolar. Não se trata, portanto, de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas (BRASIL, 1998, p.27).

De acordo com a citação acima, segue orientações para os professores trabalharem com os temas transversais articulados as duas áreas, nesse caso, os (as) professores (as) devem se articular e construir objetivos e conteúdo que aproximem ou use da interdisciplinaridade para desenvolver suas aulas e busque com a escola parceiros ou colaborativos de outras áreas, como da saúde, psicologia entre outras.

Ao analisar a BNCC (2017) apresenta um eixo da vida, que de forma clara apresenta a orientação sobre a vida e a construção da identidade, referindo-se ao ensino médio. Não existe nenhum eixo sobre educação sexual específico para a educação infantil.

No ECA (1998), Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, reafirma o que é mencionado na LDB (1996), sobre o direito educação. Nos artigos 241, 242 fala de forma clara sobre direito da criança e do adolescente ser preservada quanto a sua sexualidade, sendo punida aquele que afligir a lei, com fotografias e vídeos de crianças com senso pornográfico. No artigo 28 exemplifica que crianças e adolescente vão para adoção em caso de abuso sexual ou em outra situação que comprove que os vínculos fraternais da família não são favoráveis.

Sendo assim, é preciso entender o que é considerado abuso sexual.

A violência sexual infantil é definida como os atos ou jogos sexuais em que uma criança é submetida a participar por alguém que possui desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que o seu, utilizando-se de uma relação de poder para satisfazer seus próprios desejos em detrimento ao bem estar da criança vitimizada (SPAZIANI, MAIA 2015).

Esse tipo de violência acontece em diversos meios do convívio da criança, sendo no âmbito familiar, por vizinhos, conhecidos, entidades religiosas, dentre outras. O abusador usa de ameaças para manter a criança em sigilo, usando da violência física e psicológica a seu favor fazendo a criança se sentir culpada, manipulando seus sentimentos, faz acreditar que se relatar o caso a alguém sofrerá danos por “injurias”, em que absolutamente ninguém vai acreditar.

é comum uma criança vítima de abuso não denunciar de imediato a situação, sendo diversas às causas para este silêncio. Em primeiro exprime sentimentos contraditórios pelo sucedido, quer devido à idade e nível de desenvolvimento

da criança, quer pela proximidade do abusador, quando é alguém em quem confia. Sente vergonha e medo de ser considerada culpada pelo que aconteceu, ou de por em dúvida o seu relato, em muitos casos crianças permanecem em silêncio por os adultos em sua volta não acreditarem no que dizem. Pode estar recebendo ameaças feitas pelo abusador para que mantenha segredo. Fica indecisa acerca da denúncia quando o abusador é um familiar próximo, com receio de causar uma ruptura familiar. Sente uma dor emocional intensa que leva à “negação” do sucedido com o conseqüente silêncio e as dificuldades de aprendizagem e de relação com o outro (OLIVEIRA, MIRANDA 2013, p. 5 apud SOARES, 2009, p. 01).

A citação acima reafirma que a criança e o adolescente violentados sexualmente poderão sofrer vários danos sejam eles físicos e psicológicos, considerando as consequências que tudo ocorrerá. Geralmente há lesões físicas, genitais, gravidez precoce - ocasionando complicações-DST/AIDS, disfunções sexuais e psicológicas, como, sentimento de culpa, depressão, dificuldades na aprendizagem escolar, socialização, medo da intimidade quando adultos, negação de relacionamentos afetivos quando adultos, distúrbios sexuais, suicídio e problemas de personalidade e identidade.

3. TRABALHANDO COM SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL: ANÁLISES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS NA VISÃO DOS PROFESSORES

Nesse capítulo será analisado as questões pertinentes sobre a sexualidade na visão dos professores pesquisados, enfatizando sobre as compreensões desses de como a temática da sexualidade é apresentada no ambiente escolar.

3.1 Concepções dos professores sobre educação e sexualidade e suas práticas na escola

A pesquisa foi realizada com cinco professoras do ensino fundamental I, como forma de ética profissional, na pesquisa foi usado codinome de professora A, B, C, D, e E. Professora A, 43 anos de idade, formação superior em História, Direito e Psicologia, 4 anos na instituição. Professora B, 37 anos idade, ensino superior em Pedagogia, 3 anos na instituição. Professora C, 32 anos de idade, formação superior em Pedagogia, 2 anos na instituição. Professora D, 34 anos de idade, superior incompleto em Pedagogia, com 6 anos na instituição. Professora E, 43 anos de idade, formação superior em Pedagogia, 3 anos na instituição.

Ao analisar os dados contidos no questionário respondido pelas professoras, foram transformados em categorias. A saber, categoria de 1. Educação sexual na visão dos professores; Categoria 2. A educação sexual discutida na escola; Categoria 3. Educação sexual tratada como “tabu” na escola; Categoria 4. Educação sexual como prevenção do abuso sexual infantil; Categoria 5. Identificação dos professores por sinais deixados por crianças e adolescentes que sofrem abuso sexuais; Categoria 6. Atuação no magistério, formação inicial ou continuada se houve disciplinas ou palestras sobre a temática educação sexual; Categoria 7. Comentário acerca de algum (a) aluno (a) da sua turma ou da escola que apresentou fatos ou sinais de abuso.

3.2 Educação sexual na visão dos professores

Nesta categoria as professoras afirmaram que a educação sexual é uma temática que deve ser discutida na escola com a parceria da família, definiram-na em sua maioria relacionada ao conhecimento do corpo e a visão deturpada do ato sexual numa perspectiva de que a criança precisa ser ensinada sobre o tema, mas de acordo com a fase e idade em que se encontra.

A educação sexual **é o meio que buscamos para um processo que tem como objetivo educar**, esclarecer, crianças/adolescentes para não passarem por certos constrangimentos e muitas vezes são da própria família. Por isso, **os pais devem abordar assuntos desde pequenos, porque a criança tendo educação sexual no tempo certo desde pequenos, elas irão saber identificar certos abusos, começando por dentro de sua casa por padrasto, tios**. Com isso, a criança sabendo identificar saberá ir até alguém que ela confie e converse sobre o que está acontecendo. (professora C, 2 anos na instituição)

É o ato de expor, explicar e **retirar dúvidas a respeito da sexualidade e todos os órgãos que a envolve**. (Professora D, 6 anos de instituição).

As professoras A, B e E, enfatizaram que a educação sexual é uma forma de adquirir conhecimento sobre sua sexualidade, voltadas a uma orientação de como conhecer o corpo, questões de gênero como o que é de menina, o que é de menino, o que a mãe ensina, o que pai ensina. E como a didática do profissional da educação influência nesse conhecimento.

Educação sexual é a forma de levarmos até a criança o conhecimento do funcionalismo do seu corpo, todas as possibilidades, as modificações cientificamente e biologicamente, mas a educação sexual pode ser entendida direta ou indiretamente, diretamente as funções do corpo, modificações, a puberdade, **por que a menina tem seios, por que o menino tem testículos**, então é uma forma que utilizamos didaticamente de ensinar a criança essas **modificações no corpo e por que existe essas partes no corpo**, e indiretamente nos adentramos na parte da sexualidade, **na reprodução humana, na masturbação, gravidez e como tudo funciona, então essa educação sexual é o acesso que a criança terá através do ensino**, na sala de aula, da didática utilizada pela professora, **para ter esse conhecimento das funções do seu corpo, das funções das modificações e dos relacionamentos futuros na fase adulta, como funciona o beijo, o sexo e a sexualidade da criança** (professora A, 4 anos na instituição)

Está ligada a sexualidade, promover conhecimento referente aos temas de sexualidade tanto **na parte psicológica** se falar sobre isso como a parte anatômica (professora B, 3 anos de instituição)

É a orientação sobre a nossa sexualidade, tanto na **parte física, aparelho reprodutor**, quanto na parte da **identidade de gênero** e tudo que a engloba. (professora E, 3 anos de instituição)

Considerando as afirmações abordadas pelas professoras, foi perceptível que suas conclusões perpassaram por seus costumes, sua cultura e principalmente sua formação ao que se refere a educação sexual, desse modo

considerarmos o contínuo emprego do termo “Educação Sexual” ao longo de diferentes épocas, momentos históricos e culturais, nos questionamos sobre suas transformações, permanências e em como ao longo desse tempo a prática da educação preocupada com a sexualidade tem, em muitos momentos,

reafirmado os mesmos objetivos pensados a mais de um século – constituindo-se como uma prática prescritiva, normatizadora e moralista, preocupada ainda com o controle da sexualidade de crianças e jovens (VARELA, 2017, p.14).

Segundo Varela (2017) na afirmação acima, exemplifica o que foi afirmado pelas professoras questionadas, uma vez que a autora faz um memorando de que a educação sexual se apresenta de diferentes formas, a depender do momento histórico em que se encontra. A partir das professoras foi visto que a sociedade contemporânea ainda compreende a educação sexual como normatizadora e moralista.

3.3. A educação sexual é abordada na escola

Com relação a educação sexual abordada na escola, observou que há divergência entre as professoras questionadas, constatou-se que as professoras A e E afirmam que é discutida na escola de uma forma superficial, por meio de projetos, mas exemplificam que deveria ser apresentado na escola e que pudesse se estender aos familiares das crianças, por se tratar de uma comunidade de vulnerabilidade social.

Temos, com certeza, principalmente por que eu sou professora de uma turminha do terceiro ano do fundamental e é uma turminha que necessita urgentemente, por que trabalhamos em uma escola de comunidade e as crianças em sua grande maioria, estou falando pela minha turminha, **estão fora de faixa escolar, então eu tenho alunos de 11, 12 anos, justamente na fase da puberdade, fase de descobrimento e a gente percebe que os pais tem uma certa ignorância, ou melhor falando um certo preconceito em tocar nesse assuntos com seus filhos e eles precisam disso, devido a situação regional ao qual eles estão, cultural, comunitária, a gente encontra muita barbaridade principalmente na comunidade em que a gente trabalha, de crianças sendo abusadas, eu já tive alunas que foram abusadas**, então é muito importante que a gente trabalhe essa parte da sexualidade com eles, a sexualidade voltada para o corpo, para proteção, o cuidado, o zelo, as modificações e também eles se precaverem com relação a certos abusos, certas manifestações de abusos por parte de vizinhos, por parte de familiares, padrastos, então é de suma importância esse ensino sim, na minha turma principalmente, terceiro, quarto e quinto ano (Professora A, 4 anos na instituição).

Geralmente não, **mas tratamos quando está inserida em um projeto**, em um contexto proposto pela coordenação escolar. (Professora E, 3 anos de instituição).

Já a professora D, afirma que há dificuldades pela forma como a sociedade pensa sobre o assunto da sexualidade, percebe-se que há uma fragilidade nos aspectos que se apresentam o

assunto na escola, pois existe a fragmentação que os professores irão ensinar sobre sexualidade e apenas o ato sexual.

Não como deveria, **pois diante dos tabus criados pela sociedade fica mais difícil levar informação a esse respeito.** (Professora D, 6 anos de instituição)

A professora B afirma que não é discutida em sala de aula, porque não estão prontos para falar sobre sexualidade, relacionou sobre a cultura e criação dos pais. A professora C fala da preocupação com a formação que deve ter, os profissionais de educação necessitam de formação adequada para identificar formas de abusos sexuais sofridas por crianças.

Não é discutida, **porque nem todo mundo está pronto para isso, e eu acho que é por ser algo cultural né?** Eu digo por mim, na minha educação sexual dentro de casa não teve, meu pai era a pessoa que mais falava sobre esses temas, **minha mãe não gostava de falar sobre esses assuntos, era como se fosse falta de respeito,** uma coisa assim, e infelizmente isso está muito intrínseco e impregnado a falar sobre isso (Professora B, 3 anos de instituição).

Não é discutida, mas que se faz necessário. Em meu ponto de vista, **deveria ser uma disciplina obrigatória nas faculdades e universidades.** Pois se faz necessário que o professor saiba identificar, caso esteja acontecendo isso em sua sala de aula e se necessário, saber identificar também se está acontecendo com outras crianças/adolescentes na instituição. E também saber conduzir o assunto de forma clara e objetiva. (professora C, 2 anos na instituição).

Essa cultura citada pela professora B relacionando a criação dos pais, influencia até hoje nos diálogos e debates sobre sexualidade no âmbito escolar, parece existir um temor para falar sobre Educação sexual nas series iniciais.

A questão é que quando a Educação Sexual sistematizada acontece, tanto os professores quanto os estudantes, trazem consigo informações sobre suas relações com a temática Sexualidade. As influências que recebem na família e nas situações cotidianas da vida em um primeiro momento se estabelecem de forma sutil sem possibilidade de contestar ou enfrentar (SANTOS, 2019, p.130).

De acordo com as percepções das professoras B e C, a história de vida influência e sua formação acadêmica também, a abordagem de Santos (2019), citada acima, corrobora com a ideia das professoras, uma vez que a educação sexual que acontece de forma sistemática, ou seja, nas instituições e nesse caso específico na instituição escolar deve existir coerência nas tomadas de decisões e a comunidade escolar deve fazer parte desse contexto de vivências, principalmente a família.

3.4 Educação sexual tratada como “tabu” na escola

Observou-se que todas as professoras analisam que a educação sexual é tida como tabu, mesmo exemplificando que é discutida em sala de aula, não ficou claro sobre projetos, palestras, discussões envolvendo equipes multidisciplinares, nenhuma professora citou parcerias com a rede, entre secretárias de assistências sociais, secretarias de saúde, ou parceria com o Conselho Tutelar do município, explicitaram que precisam da família como parte integrante da comunidade escolar.

Na nossa escola não é tida como tabu, **nós temos um programa, um cronograma de trabalho onde indiretamente trabalhamos em sala de aula com as turmas determinadas para se trabalhar com aquilo, não no geral, mas minha turma é uma turma que precisava muito, inclusive eu tenho crianças que sofreram abusos, como eu já citei.** Indiretamente a gente tentava trabalhar para não assustar muito, por que você percebe que a criança da comunidade, elas tem um certo adiantamento com relação a sexualidade, ao sexo e eles tem conceitos errôneos as vezes em relação ao sexo, não existe tabu, existe a necessidade de se trabalhar devido as condições da nossa comunidade escolar, eu acho que seria preciso trabalhar mais com relação a isso, porque é necessário, a gente acompanha absurdos, **nessa escola estou a quatro anos, já acompanhamos coisas terríveis com relação a sexualidade das crianças e eu acho necessário não só trabalhar com os alunos, mas trabalhar com os pais também, os avós, os parentes e a família em si, por que eles precisam disso, eles precisam ter esse conhecimento de como se trabalhar com a menina que está entrando na puberdade, a menina menstrua, a mãe tem que explicar como funciona a menstruação, isso é um tabu para a família, para a escola não, muitas vezes a família realmente, na comunidade em que eu trabalho é um tabu, as mães não consegue explicar e orientar os filhos e eles recorrem a escola, quando a coisa já está feia, como eu tive mães que vieram falar comigo mais a bagaceira já estava feita, a filha já estava fazendo coisas erradas com apenas 11 anos** (professora A, 4 anos na instituição).

Segundo a fala da professora A, existe a naturalização e culpabilização a criança de 11 anos mediante as “coisas erradas que a criança estaria fazendo”. Essa naturalização impregnada pela sociedade de culpar as meninas que são vítimas tem que ser desmistificado, logo é considerado estupro de vulnerável - ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: De acordo com o art 217-A (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Acredito, ainda que a **educação sexual é tratada com tabu na escola**, eu acho que ainda é muito questão cultural dos educadores, **ainda tem educador que tem a cabeça muita fechada para se falar sobre essas questões em sala de aula** (Professora B, 3 anos de instituição).

Sim. **A educação sexual é tratada como tabu pela maior parte dos professores e também por algumas instituições de ensino.** Alguns profissionais da educação chegam a acharem errado trabalhar esse tema. Falo

isso porque já ouvi muitos relatarem seus pontos de vista. (Professora C, 2 anos na instituição).

A professora D, mostrou-se preocupada com sua formação, na sua fala há uma relação fragilizada entre escola e comunidade quando se trata da temática da sexualidade, observa-se:

Sim, pois nós os profissionais da educação não temos a formação necessária e a comunidade escolar acaba julgando de forma incentivadora que seria esclarecedor. (Professora D, 6 anos de instituição).

Fazendo relação da fala professora D com o Conselho Nacional de Educação do curso de Pedagogia de 2006, quando se trata da temática de formação de pedagogos, o documento abrange de forma superficial apontando como diversidade e escolhas sexuais.

Precisamos entender que há muita informação, mas a mudança só será possível através da reflexão e da desconstrução de “pré-conceitos” rumo a quebra de estereótipos arraigados, inclusive porque a própria Resolução do Conselho Nacional de Educação, no artigo 5º, ao descrever as competências necessárias aos egressos do curso de Pedagogia, pontua dezesseis atribuições para o pedagogo (MOKWA, PETRENA, GONINI. p. 6, 2014)

Ao analisar as competências do CNE, percebe-se uma construção voltada ao planejamento, ao currículo, a contribuir e favorecer com ensino e aprendizagem, voltados aqueles que estão em formação de curso de Pedagogia. Como mencionado pelas autoras Mokwa, Petrena e Gonini, é preciso desconstruir os preconceitos que o âmbito escolar pressupões, logo que não há no documento um artigo específico que apresente subsídios de formação do pedagogo (a) para trabalhar na instituição escolar com a proposta de orientações sexuais. No artigo 5, nos parágrafos IX e X, a formação de pedagogos (as) tem relação com propostas investigativas, fala-se da realidade, mas não menciona diretamente como trabalhar em sala de aula.

IX- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidade especiais, escolhas sexuais, entre outras. (BRASIL, 2006, p. 2).

Ao analisar essas propostas no artigo 5º percebe-se que o que deve ser feito, mesmo sem ter uma formação específica para tal, o(a) pedagoga (a) precisa-se aprimoração por meio

de cursos, especializações, projetos e compreender que a escola não se constrói sozinha, a instituição é feita por pessoas e essas estão imersas na sociedade, que tem uma cultura representativa, situações de vulnerabilidade sociais e uma realidade voltada ao abuso infantil que precisa ser vista, sim, pela escola.

A professora E apresenta uma dificuldade específica sobre abordar essa temática, dando a justificativa que é pouco explorado na escola. A escola é um lugar de formação do trabalho e da emancipação humana, partindo desse ponto, os (as) pedagogos (as) tem o direito de abordar em suas aulas, porque as crianças estão inseridas na sociedade e a sociedade apresenta essa realidade de abuso infantil.

Sim, ainda é um “tabu”. Vários profissionais tem dificuldade na abordagem dessa temática, justamente por ser pouco explorado no ambiente escolar. (Professora E, 3 anos de instituição)

A professora E, em sua fala fica respaldada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pois na formação do curso de pedagogia é definido princípios e condições de ensino e aprendizagem que apresenta a formação sexual apenas contextualizando, dando ênfase na interdisciplinaridade, por isso, que todas as professoras citam, que as orientações sexuais devem ser por meio de projetos. Ainda falando como a sexualidade é vista como tabu,

Ao insistir que a sexualidade infantil é própria da vida humana, demonstrando em seus trabalhos como reprimimos, enquanto sociedade, toda atividade sexual infantil, quer em casa, quer as escolas, Freud passa a incomodar não só pais e educadores, mas toda uma comunidade científica que se encontrava até então, muito confortável e protegida por seus tabus (SANTOS, 2019, p. 263).

A reflexão de Santos (2019) aborda sobre a vida humana como a temática da sexualidade se apresenta de acordo com o tempo social, citando Freud na perspectiva de que a sexualidade é tida como tabu, nas análises das professoras ficou evidente que na escola ainda é compreendida como tabu, seja por alguns professores (as), familiares, desse modo, o trabalho não se faz de forma eficaz e infelizmente fica a desejar a conscientização e prevenção do abuso sexual infantil.

3.5 Educação sexual como prevenção do abuso sexual infantil

Segundo as professoras a educação sexual previne o abuso infantil, porque quando as crianças conhecem o seu corpo, logo elas compreendem o que pode e quem pode tocá-lo, referimos em relação ao banho, a troca de roupa, pois beneficemente os pais e responsáveis são

que fazem essas atribuições, no entanto, o abuso infantil geralmente acontece por pessoas próximas da criança, a exemplo, tios, pais, irmãos, vizinhos entre outros.

As professoras A, B, C e D concordam e citam exemplos de como deve ser essa escuta, diálogo e preponderância no tema, dando ênfase, que professor/professora deve passar confiança ao alunado para que haja essa abertura de fala, afirmam também que geralmente os familiares são os maiores responsáveis pelo abuso infantil. E mencionam que deve existir esclarecimentos a família sobre o tema, exemplificando que no lugar que se localiza a instituição escolar precisa-se de um cuidado e atenção ao falar da temática aos pais.

A gente trabalha em uma comunidade que diariamente ver coisas absurdas, padrastos, vizinhos, irmãos, sobrinho, tio abusando sexualmente de menores, então é importantíssimo que a escola crie projetos com relação a essa temática, **é importante que a família seja trabalhada com essa temática**, a gente tem casos de alunas que engravidaram, **há dois anos atrás tivemos uma aluna grávida dentro da sala de aula, então é muito importante que exista essa atenção maior com relação a educação sexual, a implantação desses projetos, anualmente, eu diria até semestralmente um projeto dedicado a isso, estou falando da realidade da minha escola**, não estou falando da realidade geral, que é muito forte (Professora A, 4 anos na instituição)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a gravidez na adolescência é a gestação que ocorre entre 10 aos 19 anos. Na fala da professora A, mencionado sobre gravidez na adolescência observa-se como a educação sexual é importante, nesse caso específico não há como mediar o nível de esclarecimento da adolescente grávida.

O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Com relação à gravidez indesejada, o debate sobre a contracepção, o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la (BRASIL, 2016. p. 93).

Ainda falando sobre a prevenção do abuso infantil, Brasil (2016) afirma que para a educação a melhor forma de prevenir é através da orientação. Já na adolescência como cita a professora A, nesses casos é dever da escola manter o diálogo, principalmente por meio da escuta pretendendo e estabelecendo confiança para que haja a diminuição da gravidez indesejada

A professora B, C e D definem e que a orientação sexual na escola parte do principio de que a criança deve conhecer o seu corpo como forma de limite, pois elas citam sobre quem pode e quem não pode tocar no corpo da criança.

Eu acho muito importante até porque a criança vai conhecer o que é dela, ela vai conhecer as partes íntimas dela, **porque aquilo não pode ser tocado, quais são as partes que não pode ser tocada por ninguém, até como prevenção da criança saber, que aquilo é dela, é particular, é íntimo.** (Professora B, 3 anos de instituição)

É de suma importância que se tenha essa conversa, que tenha a educação sexual para crianças pequenas, **pois assim ela saberá que algo está estranho na maneira que alguém a toque. E assim ela saberá que pode sim chegar a seu professor para contar o que está acontecendo com ela e assim ser tomada as devidas providências.** (professora C, 2 anos na instituição)

De suma importância, **pois a partir do momento que a criança reconhece o próprio corpo e passa a reconhecer as práticas abusivas, ela tem a possibilidade de procurar ajuda e não banalizar alguns fatos.** (Professora D, 6 anos de instituição)

As professoras B, C e D exemplificam que a educação sexual deve ser voltada apenas como orientação, sobre essa discussão Miskolci (2012) afirma que,

Além disso, esse tipo de educação sexual baseada no intuito de orientar sexualmente acaba também gerando a tendência a reforçar o pressuposto de que falar de sexualidade é falar do biológico ou de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A proposta *queer* é pensar a sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana, e não afetando as pessoas apenas como assunto de saúde pública (MISKOLCI, 2012, p.19).

Desse modo, o autor acima faz uma ênfase que de modo geral tratar a educação sexual apenas como uma orientação não favorece a discussão contemporânea e nem abrange espaço para políticas públicas educacionais e sociais, já que o autor aborda a proposta *queer*, uma teoria na qual, a educação deve se apropriar de questões na luta da biopolítica, uma vez que ainda é disciplinado corpos e desejos reprimidos daqueles que julgam ser “diferentes”.

A professora E fala da prevenção ao abuso na vertente em que a criança conhece o seu corpo e pode se defender, traz uma discussão importante pois compreende os direitos mencionados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) sobre a responsabilidade dos pais e de fato entender que a criança é um ser de direito, fica explícito que ainda há divergências entre escola e família, de quem realmente cuida e educa, até que ponto a escola previne e como uma criança em fase em desenvolvimento se defende de um abuso sexual, se na maioria das vezes ela nem entende o que está acontecendo e a quem vai recorrer.

É de suma importância, pois à medida que os estudantes estão bem orientados e conscientes do que é certo e errado, o que pode e o que não pode ser feito

com o seu corpo, **terá mais chance de se defender e confiança em denunciar o abuso.** (Professora E, 3 anos de instituição)

Todas as professoras entendem a importância da Educação sexual como prevenção de abuso infantil, atribuído a orientação, a conscientização que as crianças terão mediante os assuntos discutidos referente a sexualidade. As professoras acreditam que se fosse discutida para além dos projetos semestrais, é possível ter mais chances da criança ter noção sobre como se precaver de abusos, enfatizando que a criança sentirá confiança para denunciar e relatar o abuso a alguém que seja da sua confiança.

3.6 Identificação dos professores por sinais deixados por crianças e adolescentes que sofrem abuso sexuais

Compreende-se que de fato a maior interação social da criança, depois do meio familiar, é a escola. Desse modo a criança geralmente tem vínculos afetivos de confiança com o/a professor/a. As professoras A, C e E, afirmaram que já perceberam sinais deixados por crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, entre eles, estão a mudança de comportamento, a tristeza, medo do abraço.

Deixa sim, inclusive eu já tive três alunas, não foi na mesma turma, que eu percebi que elas estavam sofrendo abuso sexual, **a criança fica desatenta, ela fica geralmente antes do abuso a criança é alegre, carinhosa, é brincalhona, é participativa na sala, de repente você percebe uma criança sem falar, recatada num canto da sala, não quer ter contato, percebe-se que ela vai mais vezes ao banheiro, ela tem medo de que a gente toque nela até para pegar no cabelo, você vai fazer um carinho ela se assusta, ela tenta passar mais tempo na escola, é sempre a última a ir embora, são vários fatores que a gente percebe.** Eu tive uma aluna que ela era um amor, super carinhosa, inteligentíssima e do nada, a menina ficou dispersa, era calada, não queria beijo, não queria abraço, conversei com minha diretora na época e **nós descobrimos em uma conversa com ela, brincamos e descobrimos que ela estava sendo abusada parece-me que pelo padrasto, a mãe dela tinha uma certa dificuldade mental e tinha o padrasto que abusava, então a criança muda por completo, não quer comer, perde a vontade de estar com os coleguinhas, sempre quer está retraída.** (Professora A, 4 anos na instituição).

As crianças que passam por abuso sexuais deixam sinais sim e que podem ser observados, **onde o professor como pessoa próxima e que a criança/adolescente confia, consegue identificar, com isso buscar conversar com essa criança.** Podendo começar com uma conversa aberta com a turma, assim a criança vai se encorajando a procurar o professor em particular, sendo que o professor também tem abertura de conversar com a criança a partir de algum fato. Em determinados casos a criança vai se isolar,

ficará mais em seu lugar quieto, outro tipo de sinal, ela ficará com a sua sexualidade mais avançada, aflorada para a sua idade. Para o professor identificar, é só observar como está o desenvolvimento da criança. (Professora C, 2 anos na instituição)

Acredito que sim, **o professor deve sempre manter uma relação de amizade e estar sempre aberto ao diálogo. Através das conversas e observações de alguma mudança de comportamento**, ficar sempre aberta para essa situação. (Professora E, 3 anos de instituição)

A professora B enfatiza que além dos sinais referentes ao comportamento, tem algumas ações, como o dormir em sala, falta de concentração na sala. Com a reflexão dessa professora, observou-se como os sinais trazidos pelas crianças possibilitam “gatilhos” nos próprios docentes, já que nesses momentos, deve-se compreender o porquê de tais atitudes e dessa forma descobrir como ajudar.

Pelo que eu presenciei da criança que estava sendo abusada **ela mudou de comportamento, ficou muito triste, chorava, pensativa**, depois ela começou a falar sobre o assunto, falou que estava apaixonada, ficou mais vaidosa, mas notávamos uma tristeza no olhar, nas atividades **não havia muita concentração, as vezes dormia em sala**. (professora B, 3 anos de instituição)

A professora D mostra um fator bem importante, no qual, mesmo a criança não sendo a vítima, ela se culpa. Destacando que se a criança acha que é normal, é apenas por que é a realidade experiencial, algo costumeiro e que geralmente o abusador faz parte do seu convívio, então, com quem há convivência, confiança.

Infelizmente nem sempre, pois algumas **crianças acreditam ser normal algumas situações e até mesmo são apontadas como culpadas, e isso faz com que elas não deixem transparecer os abusos sofridos**. (professora D, 6 anos de instituição)

A responsabilidade da escola é de orientação, sabe-se que a educação escolar está respaldada na Constituição Federal de 1988, em que o direito a educação é para todo cidadão, partindo desse princípio a fala da professora D sobre a criança de se sentir culpada pelo próprio abuso, vai além de todos os malefícios que ela sofre.

Primeiro, a criança não entende que a situação do abuso para sua idade é inapropriada e geralmente o abusador vai naturalizando suas ações. A depender da idade, a criança não tem conhecimento do seu próprio corpo e os limites de quem pode ou não o tocar.

A criança se culpa por medo de falar ao pais o que está acontecendo e por fim, vai mostrando sinais que tem algo errado, principalmente nos aspectos de comportamento que

geralmente são analisados na escola, a partir dessas análises, a averiguação deve ser destinada aos órgãos competentes, que é o Conselho Tutelar e a escola fica para acolher essa criança e buscar a rede de apoio, a secretária de assistência para os profissionais como psicólogos e assistentes sociais. Analisando a fala da professora D, houve violação de direitos dessa criança e ela precisa ser assistida por toda a rede.

3.7 Atuação no magistério na formação inicial ou continuada houve disciplinas ou palestras sobre a temática educação sexual a educação sexual

No contexto geral as professoras afirmaram ter conhecimento da temática na universidade, mas ficou evidente que não foi apresentado de forma contextual, com caracterizações principalmente dos sentimentos das crianças ao serem abusadas. A professora C falou de sua experiência, mas se nota que durante o percurso dela na academia foi formulado e escolhido por ela, discutir sobre esse tema, não foi algo proposto a sua turma, como por exemplo uma disciplina voltada para temática, ainda cita que até disciplina sobre sexualidade era eletiva.

Sim, teve disciplina eletiva, na qual tivemos uma gama de materiais para estudos e pesquisas com jovens e adolescentes. Tivemos estudos sobre o abuso sexual com crianças pequenas tanto na disciplina eletiva como em eventos e palestras na universidade e bienais. Com esse tema envolvendo educação sexual, já fiz artigos apresentados em eventos na universidade e também nas bienais, por ser um tema que se faz necessário ser estudado e não como “tabu”. **Meu tcc foi dentro desse tema, minha especialização em psicopedagogia institucional foi com esse tema. Pesquisei para a especialização Jovens e Adolescentes de escolas públicas. E para o TCC pesquisei e observei criança da educação infantil.** (Professora C, 2 anos na instituição).

A professora B, apresenta a temática estudada na universidade de uma forma relacionada a psicologia, geralmente, essas disciplinas abordam sobre a fase e desenvolvimento da criança nos aspectos intelectuais, sociais, emotivos e trabalhar sobre sexualidade nessa vertente, sempre se apresenta nos aspectos sociais, já que as crianças, nas determinadas fases apresentam características de sua sexualidade.

Sobre a minha formação inicial não, a não ser nas aulas de psicologia, lembro de uma professora de psicologia falar sobre abuso, como isso poderia afetar a criança. (Professora B, 3 anos de instituição).

As professoras A, D e E falaram de suas experiências a partir da temática da sexualidade, identifica-se contradição e pouco de confusão sobre como deve ser apresentado os temas relacionados a sexualidade, sobre como é importante que o/a professor/a tenha conhecimento do tema, mas não ficou compreensível como se deu essa formação, ficou subentendido que se aprendeu durante sua prática em sala de aula.

Já dirigi uma escola por cinco anos, quando eu entrei na escola, escola de fundamental II **percebi que as adolescentes estavam engravidando muito, eu sentei com as coordenadoras e decidimos fazer um projeto sobre sexualidade, participamos de várias formações, chamamos psicólogos, assistente social, orientadores sexuais, orientadores educacionais para falar sobre a sexualidade, chamamos até religioso.** Foi um projeto que foi muito bom e proveitosa, a nossa taxa de gestação de natalidade entre pré-adolescentes e adolescentes diminuiu depois desse projeto, apresentamos a camisinha feminina e masculina, eles não conheciam, apresentamos os anticoncepcionais, apresentamos vários tipos de sexo para eles entenderem como funciona, contribui contra a gravidez na adolescência. (professora A, 4 anos na instituição,)

Sim, porém é tratada muito superficialmente, e **percebemos que na prática a realidade é muito diferente.** (Professora D, 6 anos de instituição)

Sim, **poucas e raras.** (professora E, 3 anos de instituição)

Analisando o que as professoras A, D e E se referem sobre educação sexual apresentada nos estudos feitos na universidade e de forma mais minuciosa na prática escolar, afirma a vertente de orientação pensadas a partir da gravidez na adolescência, sobre questões religiosas, sobre ato sexual, assim,

[...] A normalização identitária tem outro déficit: o fato de que se funda em modelos aistóricos e fixos de como as pessoas são ou deveriam ser. Mas nenhuma identidade é fixa, e, durante a vida, as pessoas realmente mudam. Constatações como são amplamente corroboradas por estudos sociológicos e antropológicos, os quais, especialmente quando analisam questões de gênero e sexualidade, mostram uma instabilidade crescente na forma como as pessoas se compreendem e se relacionam na sociedade contemporânea. Disso resulta em desafio extra, o de tentar superar a ideia de uma educação sexual pensada como orientação, que acabava resultando em uma normalização das identidades e das práticas (MISKOLCI, 2012, p.19).

Segundo Miskolci (2012) na reflexão acima, sobre o que se estuda, como se estuda e principalmente como essas mudanças abrangem de forma significativamente a sociedade, vai depender do momento histórico, dos estudos sociológicos, antropológicos, assim, as professoras questionadas não se basearam na formação contínua, no processo do ser humano ao que se refere sua identidade e principalmente suas diferenças, dito isso, não é apenas uma

didática voltada ao um projeto sobre sexualidade, ou aulas interdisciplinares que irão dar subsídios de uma discussão tão precisa e de total importância para o campo de construção social e descoberta do corpo logo na infância e assim, como prerrogativa para compreender o corpo e suas vontades na adolescência, na vida adulta e velhice.

Sobre sinais deixados por crianças que sofrem abuso sexual, Renata Mendonça (2016), Da BBC News Brasil em São Paulo, aponta quatro comportamento que toda criança deveria aprender para 'se proteger' de abusos. Apresentado Reconhecimento do corpo: diferenças entre meninos e meninas), o que pode e o que não pode, partes do corpo que são 'públicas' e outras que são 'privadas', o dono do seu corpo é você, Estratégia: não gostou? Conte para alguém de confiança.

Falando sobre como professores devem conscientizar crianças e adolescentes a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançaram uma cartilha mundial em 2010 com uma "Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade" para ser usada como base nas escolas.

3.8 Comentário acerca de algum (a) aluno (a) da sua turma ou da escola que apresentou fatos ou sinais de abuso

As professoras mostraram compreender os sinais de abusos, principalmente relacionado ao comportamento. A professora A trouxe uma situação na qual o abuso sexual passa a ser visto como lucro, como algo que para a criança ou adolescente é algo que vai trazer benefícios para sua vida. Entendeu-se que o ato sexual passou a ser trocado ou sugestivo, que quando praticado teria troca, nesse caso, dinheiro.

Sim, foi caracterizando pela personalidade. **Ela tem treze anos**, passou de criança a mulher, pelos hábitos, pela forma de se maquiar, vestir, pelo palavreado, pela conduta na sala de aula, **foi a mais preocupante, ela percebeu que o abuso sexual trazia para ela lucro**, cansei de ver de encontrar ela na rua, trabalhamos com ela várias vezes, chamava a mãe na escola, mas ela nunca ia, ela começou a tirar proveito disso, esse caso foi **específico e ela passou de menina a mulher em frações de dias**, chamamos a família, a família não quis acordo, **ela parecia gostar daquilo pelo lucro que ela estava tendo**, foi um trabalho muito sério que a gente fez com essa **menina e terminou que a família não gostou** e retirou ela da escola, parece que a **própria mãe tirava lucro, a filha foi abusada pelos tios e dizem que dali ela recebia valores e daí ela começou a se vender na rua**, tudo isso foi muito complicado, foi terrível trabalhar com essa situação (professora A, 4 anos na instituição).

Sim, tanto em turmas que trabalhei na Educação Infantil como também alunos maiores de outras turmas do Ensino Fundamental I, comecei a observar e realmente estava acontecendo **era um primo que abusava sexualmente**. Tive contato com um outro caso em que duas crianças do Ensino Fundamental **I que eram abusadas pelo seu tio e ele as aliciava com dinheiro e objetos**. (professora C, 2 anos na instituição)

Analisando o que as professoras A e C apresentaram, evidenciam que não houve denúncia ao Conselho Tutelar da cidade, sendo essa a maior providência a ser tomada. A professora menciona sobre a rede de apoio da família, da escola e que no fim, a mãe retira a adolescente da escola, inferiu-se que o assunto de responsabilidade também da escola, findou-se. Quando precisaria entender sobre a realidade dessa adolescente, se estava matriculada em outra escola e como seria as retificações do caso, já que a adolescente segundo ECA/1990, a LDB/1996 apresenta sobre o direito a escola pública e assistência nos que se refere ao social também.

A professora C, fala do caso específico de abuso sexual numa visão em que este, estaria acontecendo pelos familiares (tios), mas apresenta um desfecho confuso. Fica a reflexão, a instituição escolar soube do caso, houve alerta na família, o que de fato aconteceu com a criança abusada. Fazendo correlação com o Código Penal Brasileiro, lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, as duas experiências, valorizando a liberdade, cuidado, direito familiar e escolar, foram negados e o abusador estaria condenado, pois houve crime,

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos. § 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. § 2º Incorre nas mesmas penas: I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no **caput** deste artigo; II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no **caput** deste artigo. § 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento” (BRASIL,2009, p.3).

O Código Penal Brasileiro lei nº 12.015/2009, no artigo 218-B, afirma fielmente como se configura crime e como são as penas para o abusador. Destaca-se que as professoras A e C não tinha necessariamente a obrigação de saber dessas fundamentações, mas precisaria estar atenta ao que se configura crime e acionar quem por direito deve estabelecer esse contado e ajuda a criança ou adolescente vítimas de abuso.

As professoras B, D e E, enfatizaram que depois do abuso sexual, as crianças mudaram de comportamento e as mudanças do corpo também foi notória, trazidas pela vaidade de ser menina, de sentir bem com o seu corpo.

Eu acompanhei duas crianças, uma mais de perto, ela mudou de comportamento, inclusive a família sabia o que estava acontecendo, a família chegou a comentar que a criança estava **dormindo sem calcinha, estava vaidosa, dizendo que tinha arrumado namorado ela tinha onze anos de idade e agressor dentro de casa**, e a criança se sentia triste, feia, eu acho que o abusador percebe que as pessoas estão e de olho ele se afasta, **não quer mais e gera uma loucura na cabeça da criança, não sabe bem o que está acontecendo e ela se sente culpada** (professora B, 3 anos de instituição).
 Sim, infelizmente, **pois ela chorava muito durante as aulas**. É muito triste para nós enquanto profissionais perceber que uma das nossas crianças, que temos tanto cuidado e amor, passa por esse tipo de situação. (Professora D)

De acordo com o Código Penal Brasileiro, lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, em seu artigo 241 aponta que estupro é "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Foi o que ocorreu na fala das professoras B, D e E, não houve estupro, mas houve a violência sexual, por meio das frustrações psicológicas, não fica explícito em suas falas, mas observa-se pela mudança de comportamento e o medo de ser tocada carinhosamente através do abraço.

A professora E afirmou que nunca presenciou nenhuma criança que sofreu abuso sexual, mas sabe quais são os sinais.

Não. (professora E, 3 anos de instituição)

De maneira bem específica sobre o estudo de caso, as falas das professoras em sua maioria se apresentaram como justificativa para onde a escola está localizada, um lugar periférico, no qual a informação chega com dificuldade, as professoras sabem que precisam trabalhar sobre educação social, percebeu-se a fragilidade com que a comunidade familiar compreende do tema. Foi perceptível a sensibilidade com que as professoras observam as crianças, ouvem, dialogam, porém, param na descoberta do abuso e na informação aos pais de que a criança ou adolescente está sendo abusado.

Depois de analisar o questionário das professoras, foi necessário fazer uma visita na sede do Conselho Tutelar de Delmiro Gouveia-AL para entender como chegam os casos obtidos do município, inicialmente foram lhes apresentado o tema e o objetivo da pesquisa, para que pudessem entender a importância dos dados exposto.

Segundo Brasil (2002):

O Conselho Tutelar é uma instituição criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 131 a 140, com a importantíssima missão de zelar pelo cumprimento de todos os direitos garantidos a esses indivíduos em formação. (BRASIL, 2002, p. 23)

Retomando a reflexão acima, inclui-se que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei no artigo 131.

Foi realizado uma escuta para saber sobre os dados do município em relação aos casos obtidos de abuso diariamente/ anualmente, o vínculo que o conselho tem com as escolas é quando a instituição escolar os procura para relatar fatos/suspeitas de abuso com alunos e se no conselho tutelar tem profissionais como assistentes sociais e psicólogos para atender essas crianças.

Se deu a escuta pelo Conselheiro de plantão, se propôs a responder as questões via gravação oral. Na qual explicou os dados de forma trimestral, devido a pandemia fazem um relatório semestral que perante a lei municipal, Lei nº 1.267/2019, de 07 de junho de 2019 que rege o Conselho Tutelar e toda a parte assistente social do município, a lei citada pede que Conselho Tutelar (CT) informe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) trimestralmente todos os casos que são atendidos pelo conselho, seja eles de orientações, casos de estupros, casos de abusos sexuais, todos os atendimentos que forem feitos e todas as atividades que forem realizadas pelo conselho, como palestras, campanhas educativas, tudo deve ser informado ao CMDCA. Por causa da pandemia tudo parou, desse modo, foi informado de janeiro a junho de 2020, um relatório semestral, nesse relatório, foi registrado 3 casos de abuso sexual e 1 caso de estupro de vulnerável.

Atualmente estão de volta as atividades na sede presencial e organizando uma série de fatores de mudança de prédio, toda logística, nesse ano de 2021 fazer um novo levantamento e enviar para CMDCA como manda a lei municipal. Tem casos que estão registrados no arquivo do Conselho Tutelar, que são eles de junho de 2020 a fevereiro 2021 (anexo 3), a saber, 5 casos de estupro de vulnerável, 8 casos abuso sexual. O conselheiro mostrou-se preocupado com o número de violência sexual. Vale cita o Ministério da Saúde, no qual publicou um documento em 2002, afirmando sobre as informações prestadas ao Conselho Tutelar,

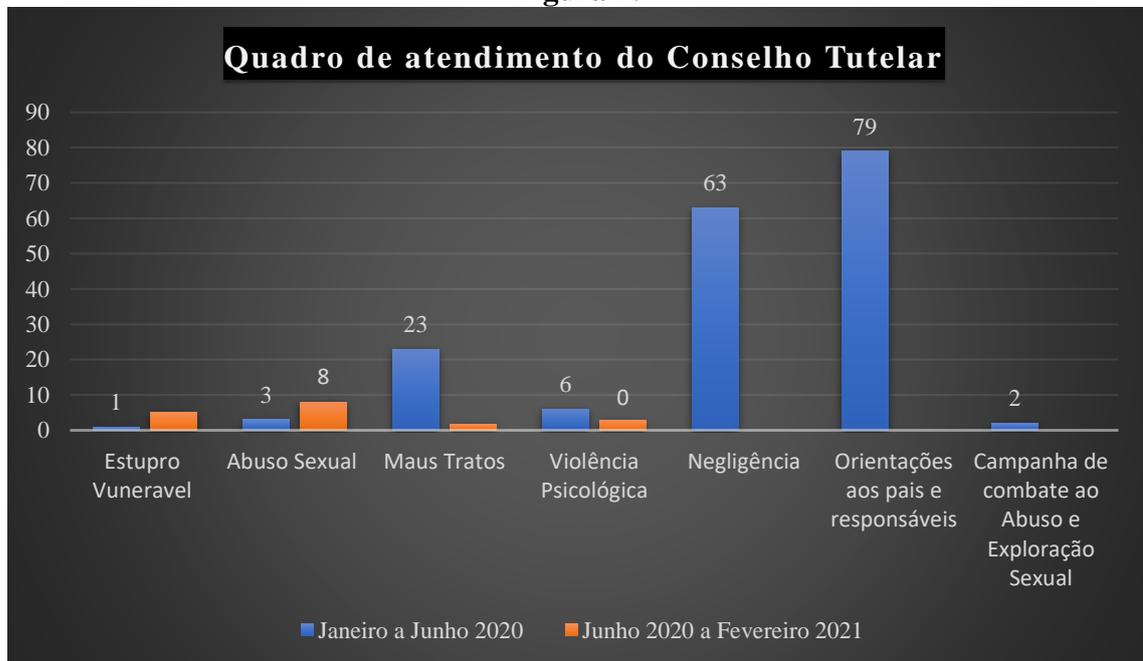
O Conselho Tutelar deverá ser informado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sobre todas as instituições registradas para atuar no atendimento à criança e ao adolescente (artigo 90, parágrafo único). Caberá ao Conselho Tutelar, em conjunto ao Judiciário e ao

Ministério Público, fiscalizar as entidades cuja finalidade seja a prestação de atendimento e de cuidados à criança e ao adolescente (artigo 95) (Brasil, 2002, p. 25).

Cabe ao CT notificar ao CMDCA todas as demandas realizadas por eles, assim como Brasil (2002) afirma acima, o CT compreendendo suas funções junto a rede de apoio.

Na figura abaixo, é apresentada uma relação desconexa, entre os casos citados pelas professoras e a procura pela rede de apoio Conselho Tutelar. Observa-se que o número de atendimentos do Conselho Tutelar, são meramente ilustrativos em comparação para os casos que são descritos na escola.

Figura 1:



Quadro de atendimento do Conselho Tutelar – Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Os dados relatados acima, estão divididos em dois semestres, o primeiro está em azul sendo de janeiro a junho de 2020 e o segundo semestre em laranja de junho a fevereiro de 2021. Ao informarem esses dados foi percebido que não havia dados comprobatório que pudessem afirmar de fato, logo que, segundo o conselheiro estavam com os arquivos encaixotados devido a mudança de endereço.

Os conselheiros presentes ficaram contabilizando através da memória e citando alguns casos para poder contabilizar. Segundo o ECA no artigo 136 inciso VII é atribuição do Conselho Tutelar expedir notificações para que sejam notificados e registrados com cautela e certas informações de grande importância para o município. No semestre entre junho de 2020 a

fevereiro de 2021 não foi informado os dados, logo que, segundo os conselheiros estariam fazendo um levantamento para emitir esses dados.

Sobre o vínculo que o Conselho Tutelar tem com as escolas, o CT é uma rede, ele funciona em parceria com todos os órgãos que tratam sobre criança e adolescente, tanto na questão saúde, educação, com assistencialismo.

O vínculo com as escolas é diretamente, seguindo o Estatuto da Criança e do adolescente que rege o conselho tutelar, deixa bem claro no seu artigo 245 que é obrigação tanto dos profissionais da saúde, como os profissionais da educação informar todos os casos, seja eles de abuso sexual, maus tratos ou de negligência, esses fatos que por ventura venham acontecer com os alunos e docentes tenham conhecimento, seja uma suspeita ou uma verdade, uma certeza que está acontecendo, o ideal e necessário é que informe.

Uma parceria que firmaram em janeiro de 2021, devido a pandemia foi uma relação mais estreita entre escola, para combater a evasão escolar. Afirmaram que irão sentar novamente a partir do mês de março de 2021 com os professores e diretores das escolas públicas do município, para tentar conscientizar os pais, mesmo que seja o Ensino Híbrido e remoto, os pais acompanhe os seus filhos nesse novo ensino que está sendo exposto pelo governo.

Em relação a abuso, que a temática da pesquisa. Algumas diretoras entraram em contato sobre suspeitas. Atualmente o CT dispõem de meios e métodos de chegar denúncias da escola, tem-se disk 100, Conselheiro WhatsApp que é um programa implantado no Conselho Tutelar de Delmiro Gouveia, seja por denúncia anônima. As escolas também se sentem acolhidas pelo conselho por saber que o sigilo e o cuidado em tratar sobre esses assuntos, porque é um assunto muito delicado, não se pode acusar ninguém, não pode espantar ninguém, temos que fazer tudo sobre sigilo e com muito cuidado em parceria não só com as escolas, mas com a polícia civil, militar, com o Ministério Público e com a Justiça do município.

Tem singular relevância a atenção do Conselho Tutelar para com o Direito à Educação da criança e do adolescente, especialmente o direito à educação escolar e, ainda mais precisamente, o direito ao ensino fundamental. Criança ou adolescente sem matrícula ou excluída da escola, criança ou adolescente sem frequência regular ou sem aproveitamento adequado, criança ou adolescente com condutas inadequadas no estabelecimento de ensino, criança ou adolescente com sintomas de maus-tratos, são crianças e adolescentes em situação de proteção especial, causa justificadora da pronta atuação do agente tutelar, sempre com vistas à permanência e ao sucesso na Escola. (KONZEN, 2000, p.26).

O Conselho tutelar como rede de apoio mostra uma influência positiva no combate a violação de direito e principalmente sobre o combate ao abuso sexual de crianças e

adolescentes, é um órgão competente para receber as denúncias e traçar linhas de investigações, na reflexão acima, fala sobre o direito e permanência a escola pública, fato tão bem mencionado pelo conselheiro, uma vez que citou a parceria com as instituições escolares por motivos de evasões escolares.

A escola enquanto instituição os procuram para relatar fatos/suspeitas de abuso com alunos, porém, ainda tem uma grande dificuldade de identificação e de medo, mas não se pode deixar de relatar um caso de abuso sexual infantil ou um estupro de vulnerável, por mais que sejam uma situação delicada e nem todos os professores tem essa garantia de que nada vai acontecer com ele, não pelo CT mas sim pelo abusador.

Na cidade possui áreas periféricas que são de vulnerabilidade, as pessoas em geral, e os professores que não moram na comunidade sentem ameaçados. Mas o CT passa segurança para essas instituições para manter essas informações e manter o sigilo para que possam ser tomadas providencias cabíveis.

No conselho tutelar não tem profissionais com assistentes sociais e psicólogos para atender essas crianças. Nos casos em que há abuso sexual e estupro o CT orientado pelo ECA/1990 encaminha para os órgãos competentes o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Quando chega esse tipo de demanda, requisitada a saúde, encaminha para programas de acolhimento institucional, o papel do Conselho é encaminhar e requisitar aos órgãos competentes para que essas crianças que por ventura estejam sendo vítimas possam ser acompanhadas.

Dessa forma a importância da parceria entre escola e CT, corrobora da ideia de que os direitos da criança e adolescentes devem ser cumpridos e valorizados por essas instâncias que acolhem, protegem e educam e dão assistências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio é preciso refletir sobre como o tema sexualidade está sendo discutido nas escolas e na sociedade. Ao falar de Educação Sexual vem à tona vários “gatilhos” que estão na sociedade, dentre as possibilidades de fala, de escuta, de aceitação e diferenças dos corpos. Discorrer sobre Educação Sexual incomoda a e muitas vezes se apresenta de maneira subjetiva, principalmente na instituição escolar. Foi enfatizado algumas temáticas apresentadas nas falas das professoras, tais como: abuso infantil, estupro de vulnerável, pedofilia, gravidez na adolescência, prostituição, violência, apoio familiar, naturalização e culpabilização da vítima (menina), como indícios de emergência de se tratar de Educação Sexual nas escolas.

Apresentando essa temática presente no estudo de caso e com reflexões acerca das referências bibliográficas, esses “gatilhos” foram apresentados por meio de um estudo de caso, depois de analisar as falas das professoras fica a compreensão e preocupação de como se aborda essa temática na rede de ensino como um todo, já que a partir do questionário de apenas uma escola, mostrou-se que desde o Conselho Nacional de Educação são mínimas as orientações para trabalhar nas escolas sobre sexualidade.

Durante todo esse estudo, observou-se como a Educação Sexual, responde atitudes de uma sociedade, de uma escola, de professores e por fim estudantes, esses estudantes que muitas vezes sofrem abuso sexual, estupro e não tem a quem recorrer, pois não tem alguém que mostre segurança para aceitar sua situação, uma vez que esse todo que é a sociedade, responde a realidades culturais, interesses políticos e formações sociais que não condizem com dignidade humana, respeito ao indivíduo e nem escuta atenta aos que sofrem, destaca-se que a importância retratada são por crianças e adolescentes autênticos, resolvidos com seus corpos e que lutem por uma sociopolítica mais responsável e aberta ao diálogo.

Através da pesquisa, foi perceptível que as escolas precisam com urgência trabalhar mais a Educação Sexual, ultrapassando os medos, preconceitos e tabus. Através do questionário respondido pelas professoras, apenas a professora E recusou comentar sobre ter conhecimentos de abuso com seus alunos na instituição. Logo, 4 professoras afirmaram ter conhecimentos sobre alunas das escolas e das turmas em que lecionam.

O nosso objetivo de pesquisa é compreender como os professores dos anos iniciais percebem a educação sexual, destacando sua importância na prevenção de abuso infantil, surgiu através da realidade vivida por alguns profissionais da educação que tem contato direto com a criança e com o adolescente, logo, é também responsabilidade da escola cuidar, educar e proteger a vida da criança.

Por tanto, as reflexões abordadas durante todo o trabalho e mediante a pesquisa do estudo de caso, conclui-se que a rede institucional escolar em estudo tem conhecimentos sobre a importância de trabalhar a sexualidade para o autoconhecimento na construção do ser humano, relações afetivas e na prevenção do abuso sexual, como foi relatado terem conhecimento de vários casos de abuso sexual sejam por alunos da turma ou alunos da instituição.

Ao analisar os dados proporcionados pelo Conselho Tutelar do Município, percebeu-se que a negligência faz parte de todos envolvidos. As docentes, por terem contato direto com as vítimas e falar de forma esclarecedora sobre a Educação Sexual e a importância que deveria ser instituída a escola, excedendo trabalhar somente em projetos anuais ou semestrais, e a escola por ter conhecimento dos casos obtidos e anular a responsabilidade

Ainda, falando sobre a importância do Conselho Tutelar como porta de entrada que cuida e protege do direito da criança e do adolescente e fazendo uma ligação direta com os gatilhos apresentados pelas professoras questionadas, surge uma preocupação de como é feito o levantamento de denúncias, já que os registros são tão menores comparados aos relatos das professoras.

Conclui-se como a educação institucional precisa avançar nessas discursões, pois a sociedade como um todo deve ser mais esclarecida que o papel da escola não é ensinar sobre o ato sexual, mas sobre a sexualidade e de fato, dar margem de crescimento intelectual para crianças e adolescentes que são vítimas de abuso sexual e por vezes, nem sabem que estão sendo abusadas por falta de informação que gere conhecimento.

Algumas sugestões são cabíveis para começar o trabalho na escola do estudo de caso. Uma vez que as professoras questionadas citaram que a localização da escola é um lugar venerável, comunidade de classe baixa, esses motivos acima citados, não é justificativa para não se trabalhar com a temática da sexualidade, poderia a princípio chamar a família para compreender a responsabilidade que possuem e em seguida trabalhar com frequência a sexualidade, seja através de projetos com a família e escola, atribuir a interdisciplinaridade e fazer campanhas socioeducativas com profissionais capacitados, além de buscar fazer a denúncia aos órgãos competentes.

Tenha-se a certeza que a Educação sexual é um assunto que causa preocupação a aqueles que são fundamentais na formação das crianças, inicialmente por não terem uma formação base, seja no curso superior, palestras, especializações, considerando que as professoras em pesquisa citaram não ter tido disciplinas obrigatórias na faculdade.

Pensando em todo estudo feito até aqui, fica o questionamento: Durante a formação superior nos deparamos com várias disciplinas obrigatórias e eletivas, no entanto, as docentes

em formação ainda não se sentem preparados para trabalhar um assunto tão importante que vai além das ações biológicas, das descobertas do corpo, do autoconhecimento, relações afetivas e por fim manifestações de abuso que a criança sofre. Será que a universidade também está anulando uma responsabilidade de formar profissionais capacitados a perceberem sinais de abusos sexuais e instigar que cabe a (o) professor(a) ter responsabilidades de atenção para com os seus alunos. A pesquisa trata-se de um estudo que apresenta muito mais incertezas e hipóteses do que soluções. Destacando a emergência de se pensar na educação sexual nas escolas como uma alternativa de reflexão e proteção das nossas crianças e adolescente.

No entanto a pesquisa não se encerra, foi apresentado outras possibilidades de análise e aprofundamento nas falas das docentes, os gatilhos exibidos podem fomentar outros trabalhos e reflexões no contexto social, educacional e governamental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação Sexual, Base Nacional Comum Curricular, 2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Organização Mundial da Saúde**. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum**. 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional da Educação**. 2006
- BRASIL, Ministério da Educação. **LEI Nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.
- BRASIL. Código Penal. **LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009**.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998.
- BRASIL, Ministério da educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1998.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GAMBOA. Santos filho. J. C. SÁNCHEZ, Silvio (org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade -7**. Ed. - São Paulo, Cortez, 2009. V. 42.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998
- KONZEN, Afonso Armando. **Conselho Tutelar, escola e família parcerias em defesa do direito à Educação**. Rio Grande do Sul, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado Pedagogias Da Sexualidade**. 2ª Edição, Belo Horizonte, 2000.

MISKOLCI, Richard **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Cadernos da Di MOKWA, Valéria Marta Nonato. PETRENAS, Rita de Cássia. GONINI, Fatima Aparecida Coelho. A educação sexual no curso de pedagogia: um processo em construção permeado por desafios e contradições. Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores. EDUECE- Livro 2 00357. São Paulo, 2014.versidade. Autêntica Editora, 2º edição, Belo Horizonte- 2012.

SANTOS, Vera Márcia Marques. **Dicionário de educação sexual**, sexualidade, gênero e interseccionalidades / et al. 1. ed. - Florianópolis: UDESC, 2019.

SANTOS, Vera Márcia Marques et al. **Psicanálise e Sexualidade**. Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades /1. ed. - Florianópolis: UDESC, 2019.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli. **Esquerdo Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais**. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.2, p.620-632, 2015.

SOARES, Wellington. **Do que estamos falando quando nos referimos à Educação Sexual?**. Nova Escola, 2021. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/18073/do-que-estamos-falando-quando-nos-referimos-a-educacao-sexual> >. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

VARELA, Cristina Monteggia. RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação **para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual**. Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **“A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL”**, da pesquisadora CATHARINE GOMES JURUBEBA SILVA, sobre a orientação da Profª GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto.

Esse estudo se destina a docentes do Ensino Fundamental I da Escola Municipal de Educação Básica Raymison Silva Nascimento, Delmiro Gouveia-AL. A importância deste estudo é refletir sobre a importância de se trabalhar a educação sexual como prevenção de abuso infantil, tendo como objetivo de a pesquisa compreender como os professores dos anos iniciais de uma escola pública de Delmiro Gouveia-AL percebem a educação sexual.

A pesquisa será realizada através de uma coleta de dados (questionário semiestruturado) segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo.

A coleta de dados começará em 09/02/2021 e terminará em 09/02/2021

Caso surgia alguma dúvida no decorrer do processo, a graduanda executante da pesquisa se colocará ao seu dispor para esclarecê-las. A qualquer momento poderá entrar em contato com a executante CATHARINE GOMES JURUBEBA SILVA pelo telefone (82) 999481348 ou pelo endereço eletrônico catharineg1@outlook.com.

Delmiro Gouveia, ____ de _____ de 201__.

Assinatura da executante da pesquisa

Assinatura do representante da escola

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- CAMPUS SERTÃO**(CURSO PEDAGOGIA)**

Sou **Catharine Gomes Jurubeba Silva**, universitária do 8º período do curso de Pedagogia-licenciatura, pela Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão. Estou realizando uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tendo como tema: “**A importância de trabalhar a sexualidade na educação como prevenção de abuso infantil**”, cujo o objetivo é identificar como os professores percebem a educação sexual, com orientação da professora GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA. Gostaria que você educadora e comprometida com educação, respondesse esse questionário para me auxiliar na pesquisa. Sua identidade será preservada. Agradeço a sua disponibilidade!

QUESTIONÁRIO

Codinome: _____ Idade: _____ Cidade: _____ Sexo:
 feminino masculino

- 1) Qual a sua formação? _____
- 2) Quanto tempo de profissão na instituição? _____
- 3) O que você entende de Educação sexual?

- 4) É discutida essa temática? Sim? Não? Justifique.

- 5) Você acredita que a Educação sexual é tratada como “tabu” na escola? Porquê?

- 6) Qual a importância da Educação sexual para a prevenção do abuso sexual infantil?
 Justifique sua resposta.

- 7) As crianças/ adolescentes que sofrem abuso sexuais deixam algum tipo de sinais? Como o professor pode identificar?

- 8) Durante a sua formação inicial ou continuada para atuar no magistério teve alguma disciplina ou palestra com a temática educação sexual? Comente.

- 9) Enquanto profissional, você já presenciou algum (a) aluno (a) da sua turma ou da escola que apresentou fatos ou sinais de abuso. Comente.

ANEXO 1

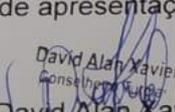


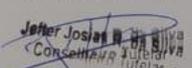
CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES
Criado de acordo com a Lei Federal 8.069/90 e Lei Municipal 1.267/19
Rua da 13 de maio, 402 – Centro.
Delmiro Gouveia-Alagoas

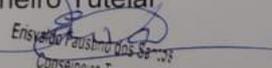
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO

Em 10 de fevereiro do corrente ano, o Conselho Tutelar de Delmiro Gouveia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal 8.069/90 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Lei Municipal 1.267/19. Este Conselho recebeu a estudante do curso de pedagogia do oitavo período da UFAL - Universidade Federal de Alagoas Catharine Gomes Jurubeba Silva, que realizou uma pesquisa de campo na sede do conselho tutelar para o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso com o tema “A importância de trabalhar a sexualidade na educação, como prevenção de abuso infantil”. Este conselho através dos conselheiros Jefer Rodrigues, David Xavier e Erisval Faustino passou dados estatísticos para a mesma com base nos atendimentos realizados pelo órgão e através do relatório semestral e anual produzidos no ano de 2020.

Este conselho se sente lisonjeado com a escolha do tema feita pela aluna citada, tendo em vista a importância do tema tratado e que será exposto através de apresentação pela mesma.


David Alan Xavier
Conselheiro Tutelar


Jefer Josias Rodrigues da Silva
Conselheiro Tutelar


Erisval Faustino dos Santos
Conselheiro Tutelar

Delmiro Gouveia, 10 de fevereiro de 2021.